



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
UISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 50 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

----- Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, pelas dezassete horas e trinta minutos, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicado, os seguintes membros: -----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.416	-----	-----
Carregal do Sal	9.500	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	15.372	Presidente	Paulo Martins de Almeida
Mangualde	18.844	Presidente	Elísio Oliveira Duarte Fernandes
Nelas	13.149	Presidente	José Manuel Borges da Silva
Oliveira de Frades	9.066	Presidente	Paulo Manuel Robalo da Silva Ferreira
Penalva do Castelo	8.134	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	10.936	Vice-Presidente	Joaquim Agostinho Marques
São Pedro do Sul	16.387	Vice-Presidente	Pedro Miguel Mouro Lourenço
Sátão	13.814	Presidente	Paulo Manuel Lopes dos Santos
Tondela	26.767	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.687	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	94.295	Vereador	João Paulo Lopes Gouveia
Vouzela	9.413	Presidente	Rui Miguel Ladeira Pereira

----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte: -----

- 1 - Aprovação da ata reunião do Conselho Intermunicipal de 06/12/2019;-----
- 2 - Aprovação da ata reunião do Conselho Intermunicipal de 19/12/2019;-----
- 3 - Análise e discussão do balanço do evento IV Encontro de Investidores da Diáspora, realizado entre os dias 12 e 14 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 4 - Análise, discussão e votação da 1ª proposta de alteração orçamental (GOP), para o exercício económico de 2020, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 5 - Análise, discussão e votação da constituição de fundos de maneio e respetivos titulares, de acordo com as Informações de Serviço n.ºs 830/2019 e 831/2019, ambas de 27 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 6 - Análise, discussão e votação da solicitação de autorização proposta de utilização da reserva de recrutamento, com vista à ocupação de posto de trabalho, na carreira e



categoria de Técnico Superior, para exercer funções Técnico Superior na Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização, de acordo com a Informação de Serviço n.º 815/2019, de 20 de dezembro, nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 7 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal comum de recrutamento, em regime de mobilidade, para preenchimento de 1 posto de trabalho do mapa de pessoal em vigor para 2020, de acordo com a Informação de Serviço n.º 814/2019, de 20 de dezembro, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 33.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 8 - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), solicitada pelo Município de Vila Nova de Paiva, de acordo com a Informação de Serviço n.º 828/2019, de 27 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 9 - Análise, discussão e votação da proposta de ratificação da candidatura “Grande Rota do Rio Paiva” submetida ao Programa Valorizar, de acordo com a Informação de Serviço n.º 826/2019, de 27 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 10 - Análise, discussão e votação da proposta de orçamento a realizar no âmbito da participação da CIM na BTL 2020, de acordo com a Informação de Serviço n.º 825/2019, de 27 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 11 - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo de colaboração, a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões, os municípios seus associados, o Turismo Centro de Portugal e a empresa Empreendimentos Turísticos Montebelo, S.A, no âmbito da realização do evento gastronómico “Queijo Serra da Estrela à Chef”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 827/2019, de 27 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 12 - Análise, discussão e votação da proposta de adenda ao contrato “Empreitada de aquisição e instalação de sinalética turística em zonas afetadas pelos incêndios de 2017” (AD_31/2019), de acordo com a Informação de Serviço n.º 829/2019, de 27 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 13 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a aquisição de cartografia de risco complementar no âmbito das alterações

climáticas, de acordo com a Informação de Serviço n.º 823/2019, de 26 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 14 - Análise, discussão e votação do relatório final e aprovação da minuta do contrato relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de energia elétrica ao abrigo do Acordo Quadro AQ_CPI_06/2017, da Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões” (CP_17AQ/2019), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 15 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 836/2019, de 30 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 16 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de apoio à gestão de projetos europeus”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 835/2019, de 30 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

----- Período de Antes da Ordem do Dia.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho Intermunicipal, do Secretário Executivo, Nuno Martinho, nos termos do n.º 6 do art.º 89º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Continuou a sua intervenção, referindo, que relativamente ao estado do IP3 o que se estava a passar era uma autêntica vergonha, pois cada vez é mais difícil circular nos pequenos troços disponíveis, sendo que a empresa Infraestruturas de Portugal estava a culpar o empreiteiro pelas alternativas sugeridas e pela sua má sinalização, pelo que, na sua opinião urgia uma tomada de posição por parte do Conselho Intermunicipal.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Rui Ladeira, que começou a sua intervenção, concordando, com as palavras proferidas pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal.-----

Continuou a sua intervenção, referindo, que, também, a estrada EN 228 estava encerrada, com um claro prejuízo para as populações, pelo que concordava com a proposta do



Senhor Presidente no sentido de ser tomada uma posição de força por parte da CIM, pois a região e as suas gentes necessitam de ser defendidas. -----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que os prejuízos em infraestruturas públicas provados pelas intempéries eram, no mínimo, iguais ou superiores aos danos provocados pelos incêndios.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que referiu concordar com o Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, pelo que propôs que os municípios comesçassem por contabilizar os prejuízos causados pelas tempestades, sendo que os valores apurados deveriam ser remetidos à CCDR do Centro.

----- Concluiu a sua intervenção, propondo, que a CIM exercesse a sua influência junto do Governo no sentido de serem criados sistemas de apoio financeiro com vista à reposição dos equipamentos danificados.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Elísio Oliveira, que concordou com a proposta de serem inventariados os danos causados e remetidos ao Governo.-----

----- Contudo, referiu, que antes de ser tomada qualquer posição de força, pública, se deveria tentar agendar uma reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação com vista à obtenção do seu apoio para a resolução destes problemas, sendo que caso essa reunião se revelasse infrutífera é que se deveria tomar uma posição de força pública. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que começou a sua intervenção, referindo, que, relativamente ao IP3 este comportava dois tipos de planos, sendo que o que estava de momento a obstaculizar a circulação era da responsabilidade da empresa Infraestruturas de Portugal e não do Ministério, pois cabe à IP obrigar o empreiteiro a cumprir o contrato.-----

----- Uma outra vertente prende-se com o prazo para a conclusão da obra que será por meados de fevereiro/março e que todos nós somos capazes de verificar que tal não vai acontecer, dada a morosidade com que tudo se tem vindo a desenvolver na referida obra.

----- Continuou a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara de Tondela, que era pois, uma desconsideração por todos os cidadãos da região a forma como estava a ser executada a obra, tanto mais que a região e as suas gentes não sabem, nem têm forma de saber, quando poderia vir a reabrir a via. -----



----- Neste sentido, estava-se perante um problema de fiscalização e de planeamento, da responsabilidade da IP, enquanto dono da obra, concluiu o Senhor Presidente da Câmara de Tondela. -----

----- Relativamente aos danos causados pelas tempestades, o Senhor Presidente da Câmara de Tondela, referiu que apesar de concordar com o levantamento dos prejuízos causados, e que os mesmos fossem remetidos para a CCDR do Centro, não tinha grande expectativa relativamente a qualquer tipo de apoio futuro. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vereador da Câmara de Viseu, João Paulo Gouveia, que começou a sua intervenção, concordando, com a proposta de ser tomada uma posição de força da região sobre o ocorrido no IP3, bem como com as reivindicações de apoio financeiro à reposição das infraestruturas atingidas pelas tempestades, sendo que muitas das ocorrências verificadas surgem no seguimento do desinvestimento feito pelo Governo na manutenção de diversas infraestruturas, sendo exemplo disso, para além das citadas, a Linha Ferroviária da Beira Alta que também esteve encerrada. -----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que era chegada a hora da região se indignar com a forma como reiteradamente estava a ser tratada. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, José Morgado Ribeiro, que afirmou concordar com os colegas que o tinham antecedido, pelo que propunha que a referida tomada de posição fosse levada a efeito através de uma conferência de imprensa. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal que interpretando o sentimento generalizado dos presentes propôs a realização de uma conferência de imprensa para o dia 9 de janeiro, pelas doze horas, na sede da Comunidade Intermunicipal, tendo a mesma merecido a aprovação, unânime, dos presentes. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, referindo, que se tinha realizado uma reunião de trabalho com a Senhora Secretária de Estado do Turismo, no âmbito do subfinanciamento da Ecopista do Vouga. -----

----- Referiu, ainda, que nessa reunião, também, tinham estado presentes os Senhores Presidentes de Câmara de Castro Daire, Vouzela, São Pedro do Sul, Oliveira de Frades e de Viseu. -----



----- Concluiu a sua intervenção, relativamente a este assunto, referindo, que na referida reunião tinham, igualmente, sido abordadas, as outras candidaturas que a região tinha apresentado no âmbito do Programa Valorizar e que eram de grande importância para a continuação da estratégia turística da região. -----

----- Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, referindo, que também, se iria realizar uma reunião, no dia 16 de janeiro, pelas 10h30, com o Senhor Secretário de Estado da Mobilidade, com vista a sensibilizar o Governo para o facto de os critérios de repartição do PART serem contrários à Coesão Territorial, uma vez que não permitem melhorar a oferta em territórios de baixa densidade, bem como para o facto de serem criadas linhas de apoio à melhoria do serviço público de transporte de passageiros, quer seja por via do transporte flexível, quer seja por via do apoio à aquisição de viaturas mais eficientes. -----

----- Referiu, ainda, o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que se encontrava agendada a visita à Galiza, com o objetivo de se conhecer melhor o sistema de proteção civil e de defesa da floresta daquela região de Espanha. -----

----- Nesse sentido, informou os presentes que os Senhores Presidentes iriam ser recebidos pelo Vice-Presidente da Junta da Galiza, no dia 5 de fevereiro, uma vez que a partida estava prevista para meio da tarde do dia 4 de fevereiro e o regresso ao final do dia 6 de fevereiro. -----

----- Continuou a sua intervenção, informando, os presentes, nomeadamente os Senhores Presidentes de Câmara de Mangualde e de Penalva do Castelo que a CIM se encontrava em condições de consignar a empreitada de Germil, pelo que ficava a aguardar que o informassem se os Senhores Presidentes pretendiam que a sessão fosse pública ou não.

----- O Senhor Secretário Executivo informou o Conselho Intermunicipal que a CIM já se encontrava a trabalhar na preparação do Portugal 2030, pelo que propôs aos presentes que fosse criada uma Comissão de Acompanhamento, composta por pessoas da Região mas externas à CIM, a saber: -----


----- Prof. Alfredo Simões; -----

----- Prof.ª Dulcineia Wessel; -----

----- Dr. Ricardo Vidal; e -----

----- Prof. Samuel Barros; -----

----- Depois de explicados os objetivos pretendidos com a colaboração destas pessoas, foi a proposta aprovada pela unanimidade dos presentes. -----



----- Informou, ainda, que no âmbito da estratégia de preparação do Portugal 2030, se encontravam a decorrer um conjunto de workshops, espalhados pelos diversos municípios e sobre diversas temáticas, pelo que era importante poder contar neles com as presenças dos técnicos dos municípios e Vereadores do Pelouro, pois estas ações já contavam com a presença dos demais atores do território e cada uma das áreas de intervenção.-----

----- Concluiu a sua intervenção o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, manifestando, mais uma vez, a sua preocupação com o facto de se estar a aproximar o fecho de contas relativas a 2019, pelo que era urgente da definição da solução, relativamente à problemática da transferência da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, para propor a realização de uma reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal, para o próximo dia 29 de janeiro, pelas 15h30, na sede da Comunidade Intermunicipal, tendo a mesma merecido a aprovação, unânime, dos presentes. -----

----- Verificando a inexistência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, deu por encerrado o período de antes da ordem do dia. -----

----- Período da Ordem do Dia. -----

----- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata reunião do Conselho Intermunicipal de 06/12/2019 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 06/12/2019.-----

----- Colocada a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a ata.-----

----- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata reunião do Conselho Intermunicipal de 19/12/2019 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 19/12/2019.-----

----- Colocada a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a ata.-----



----- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise e discussão do balanço do evento IV Encontro de Investidores da Diáspora, realizado entre os dias 12 e 14 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, colocou à consideração dos presentes a possibilidade de tecerem as considerações que entendessem por convenientes fazer em relação ao referido evento. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vereador da Câmara de Viseu, João Paulo Gouveia, que afirmou que o município se sentia defraudado com o evento e com o que tinha sido possível aportar do mesmo para a região e que se deveria fazer sentir essa frustração à Senhora Secretária de Estado, até porque tudo o que tinha ficado sob a incumbência da CIM e do Município tinha corrido muito bem. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que começou a sua intervenção, afirmando, que não era aceitável que determinados aspetos da organização escapassem por completo à CIM e aos demais membros da organização. -----

----- Concluiu a sua intervenção, reiterando, a importância de a CIM ter acesso à listagem de participantes e que deveria ser elaborado um relatório sobre o evento, para que o Conselho Intermunicipal pudesse tomar uma posição sobre o assunto. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que informou o Conselho Intermunicipal que já se encontrava agendada uma reunião, para o dia 14 de janeiro, para se efetuar o balanço do evento, tendo sido convidadas para a mesma a CCDR do Centro, o GAID e a Câmara de Viseu, sendo que até à presente data o GAID ainda não tinha confirmado a presença na mesma, nem tão pouco tinha remetido a listagem com os contactos dos participantes no IV encontro de Investidores da Diáspora.

----- Neste sentido, foi deliberado, por unanimidade, que fosse reiterado à Senhora Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas o pedido de disponibilização da listagem com os dados dos participantes no evento, bem como que fosse presente, ao Conselho Intermunicipal, um relatório de balanço sobre o mesmo. -----

----- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 1ª proposta de alteração orçamental (GOP), para o exercício económico de 2020, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na

proposta de alteração orçamental (GOP), para o exercício económico de 2020, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.-----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a 1ª proposta de alteração orçamental (GOP), para o exercício económico de 2020. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da constituição de fundos de maneo e respetivos titulares, de acordo com as Informações de Serviço n.ºs 830/2019 e 831/2019, ambas de 27 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado nas Informações de Serviço n.ºs 830/2019 e 831/2019, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a constituição de fundos de maneo e respetivos titulares.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da solicitação de autorização proposta de utilização da reserva de recrutamento, com vista à ocupação de posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, para exercer funções Técnico Superior na Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização, de acordo com a Informação de Serviço n.º 815/2019, de 20 de dezembro, nos termos da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 815/2019, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.-----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a proposta de utilização da reserva de recrutamento, com vista à ocupação de posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, para exercer funções Técnico Superior na Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização. -----



----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal comum de recrutamento, em regime de mobilidade, para preenchimento de 1 posto de trabalho do mapa de pessoal em vigor para 2020, de acordo com a Informação de Serviço n.º 814/2019, de 20 de dezembro, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 33.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 814/2019, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o n.º 2 do art.º 105.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal comum de recrutamento, em regime de mobilidade, para preenchimento de 1 posto de trabalho do mapa de pessoal em vigor para 2020. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **oitavo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), solicitada pelo Município de Vila Nova de Paiva, de acordo com a Informação de Serviço n.º 828/2019, de 27 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 828/2019, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o n.º 2 do art.º 105.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a proposta de alteração ao Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), solicitada pelo Município de Vila Nova de Paiva. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **nono ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de ratificação da candidatura “Grande Rota do Rio Paiva” submetida ao Programa Valorizar, de acordo com a Informação de Serviço n.º 826/2019, de 27 de

dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 826/2019, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.-----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, ratificar a candidatura “Grande Rota do Rio Paiva” submetida ao Programa Valorizar. -

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de orçamento a realizar no âmbito da participação da CIM na BTL 2020, de acordo com a Informação de Serviço n.º 825/2019, de 27 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 825/2019, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara do Sátão, Paulo Santos, que começou a sua intervenção, explicando, que a exemplo de outros municípios o Município de Sátão, já participa à diversos anos na BTL, pelo que tal como em anos transatos quando em setembro o município foi contactado pela BTL para fazer a inscrição, e esta contemplava um desconto significativo, o município procedeu à sua inscrição, sendo que agora já não conseguem devolver o valor pago. -----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a proposta de orçamento a realizar no âmbito da participação da CIM Viseu Dão Lafões na BTL2020. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo de colaboração, a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões, os municípios seus associados, o Turismo Centro de Portugal e a empresa Empreendimentos Turísticos Montebelo, S.A, no âmbito da realização do evento gastronómico “Queijo Serra da Estrela à Chef”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 827/2019, de 27 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o



Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 827/2019, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Penalva do Castelo, Francisco Carvalho, que começou a sua intervenção, afirmando, não estar contente com o facto de o seu município pagar cinco vezes mais do que os demais para o evento, pelo que não concordando com o modelo de distribuição, por não o considerar justo, contudo, não iria inviabilizar o mesmo. -----

----- Continuou a sua intervenção, referindo, contudo, que esta seria a última vez que o Município de Penalva do Castelo aceitaria pagar o evento nestas condições, pois só aceitaria pagar o mesmo que os demais municípios da CIM. -----

----- Concluiu a sua intervenção, salientando, que o referido evento não produzia qualquer tipo de reconhecimento para o seu município, nem para o produto Queijo Serra da Estrela, e que de futuro o evento se poderia realizar em qualquer outro município da CIM. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, referindo, que a proposta remetida aos Senhores Presidentes só o tinha sido depois de ter conversado telefonicamente com o Senhor Presidente da Câmara de Penalva do Castelo, sendo que o valor apresentado, para este ano, relativamente ao Município de Penalva, era exatamente igual ao da anterior edição do evento e inferior ao das primeiras edições. -----

----- Continuou a sua intervenção, salientando, que já na anterior edição se tinha escolhido um modelo de protocolo em que cada município pagava um valor diferente, em função do seu peso na região demarcada do Queijo Serra da Estrela. -----

----- Concluiu a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, referindo, que tal como tinha sido solicitado o valor global do evento tinha sido reduzido e alterada a forma de imputação aos demais municípios. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vereador da Câmara de Viseu, João Paulo Gouveia, que começou a sua intervenção, afirmando, que na reunião do Conselho Intermunicipal onde tinha sido analisado este tema, tinha sido um dos impulsionadores da realização do mesmo. -----

----- Concluiu a sua intervenção, questionando, se não existia um critério, definido anterior, em que o município que recebia o evento suportava o valor da contrapartida nacional ou da parte não financiada. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que de forma a esclarecer a questão suscitada pelo Senhor Vereador da Câmara de Viseu, referiu, que no que dizia respeito à definição de critérios de comparticipação de eventos, o Conselho Intermunicipal tinha deliberado que o município que recebesse um evento da CIM era o responsável pelo pagamento do valor relativo ao montante financeiro não financiado, tendo sido isso o que tinha acontecido no Prove Viseu Dão Lafões realizado em Mangualde e o que se iria fazer em relação ao Prove Viseu Dão Lafões a realizar, este ano, no Município de Viseu.-----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a proposta de protocolo de colaboração, a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões, os municípios seus associados, o Turismo Centro de Portugal e a empresa Empreendimentos Turísticos Montebelo, S.A, no âmbito da realização do evento gastronómico "Queijo Serra da Estrela à Chef".-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **décimo segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de adenda ao contrato "Empreitada de aquisição e instalação de sinalética turística em zonas afetadas pelos incêndios de 2017" (AD_31/2019), de acordo com a Informação de Serviço n.º 829/2019, de 27 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 829/2019, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.-----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a proposta de adenda ao contrato "Empreitada de aquisição e instalação de sinalética turística em zonas afetadas pelos incêndios de 2017" (AD_31/2019).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **décimo terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a aquisição de cartografia de risco complementar no âmbito das alterações climáticas, de acordo com a Informação de Serviço n.º 823/2019, de 26 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013,



de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 823/2019, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a abertura do procedimento concursal para a aquisição de cartografia de risco complementar no âmbito das alterações climáticas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do relatório final e aprovação da minuta do contrato relativo ao procedimento concursal para a "Aquisição de energia elétrica ao abrigo do Acordo Quadro AQ_CPI_06/2017, da Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões" (CP_17AQ/2019), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado no relatório final, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar o relatório final, relativo ao procedimento concursal para a "Aquisição de energia elétrica ao abrigo do Acordo Quadro AQ_CPI_06/2017, da Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões" (CP_17AQ/2019) e a proposta de adjudicação do referido contrato ao concorrente HEN Serviços Energéticos, Lda. nos termos da sua proposta, pelo valor de 28.700,52€ (vinte e oito mil, setecentos euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, bem como, a proposta de minuta de contrato, anexa ao relatório final. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão", de acordo com a Informação de Serviço n.º 836/2019, de 30 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes,

apoiado na Informação de Serviço n.º 836/2019, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão”.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de apoio à gestão de projetos europeus”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 835/2019, de 30 de dezembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 835/2019, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço.

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 252.364 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de apoio à gestão de projetos europeus”.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou encerrada a reunião, pelas dezanove horas e quinze minutos, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. -----


José Carlos de Oliveira Almeida